



SENADO FEDERAL

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### EDITAL

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2012

#### REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 018.853/11-0)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado pela Portaria do Presidente do Senado Federal nº 40, de 2011, tornam pública, para conhecimento das pessoas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450/2005, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 6.204/2007, do Decreto nº 3.931/2001 e do Regulamento de Compras e Contratações do Senado Federal aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 10/2010, e tendo em vista o que consta do Processo nº 018.853/11-0, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO** mediante o **MAIOR PERCENTUAL ÚNICO DE DESCONTO POR GRUPO (ITENS 1 A 33; 34 A 38; 39 A 44) E POR ITEM (ITEM 45)**, destinado à **contratação de fornecimento parcelado, à medida que houver necessidade, de medicamentos para uso no Serviço de Enfermagem da Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado Federal.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

**DATA: 30/05/2012.**

**HORÁRIO DE BRASÍLIA: 9:30hs.**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).**

**OBSERVAÇÃO:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no sítio **[www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**.

### CAPÍTULO I - DO OBJETO

**1.1 - O presente pregão tem por objeto o registro de preços, para, por demanda formulada pelo SENADO, contratar o fornecimento de medicamentos para uso no Serviço de Enfermagem da Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado Federal, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.**

**1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no CATMAT e as especificações constantes deste Edital,**



## SENADO FEDERAL

prevalecerão as últimas.

### **CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

**2.1** – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**2.1.1** – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, assim como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

**2.1.2** – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**2.2** - Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

**2.3** - Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, consórcios de empresas ou empresas que, por qualquer motivo, estejam punidas com a suspensão do direito de licitar, ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital, bem como as pessoas elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993, além das empresas que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação.

### **CAPÍTULO III – DA PROPOSTA**

**3.1** - A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**3.2** – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, os **percentuais de desconto oferecido sobre o preço do fabricante, para os grupos 1, 2 e 3 e para o Item 45**, conforme estabelecido no Art. 1º c/c Art. 3º da Resolução n.º 03, de 04 de Maio de 2009 (publicada no DOU de 06 de Novembro de 2009), da Câmara do Mercado de Medicamentos – CMED (Decreto n.º 4.766/2003), expressos em algarismo arábico, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

**3.2.1** – O preço do fabricante válido na data de fornecimento dos medicamentos será aquele publicado pelo Guia Farmacêutico BRASÍNDICE ou pelo Anexo da Revista



## SENADO FEDERAL

ABCFARMA ou outro que os venha substituir.

**3.2.2** – Havendo diferença entre os preços praticados pelos índices referidos no item anterior, será considerado aquele de menor preço.

**3.2.3** – O arredondamento de valores e preços da presente licitação reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:

a) para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais.

b) quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na letra ‘a’ for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

**3.3** - A licitante deverá ainda especificar, nos campos apropriados do Sistema Eletrônico, a marca e demais referências que identifiquem o produto cotado, conforme especificações constantes do Anexo 01.

**3.3.1** – O SENADO poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros materiais de divulgação que facilitem a análise dos produtos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

**3.3.2** – A apresentação dos materiais a que se refere o subitem 3.3.1 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas pelo SENADO.

**3.4** – No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” deverão ser prestadas todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto e, ainda, as seguintes informações relativas à proposta:

**3.4.1 - Prazo de entrega** dos produtos de, no máximo, 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento acompanhada da Nota de Empenho.

**3.4.2 - Prazo de validade** dos produtos, na entrega, não decorrido mais que 20% (vinte por cento) de sua vida útil.

**3.5** – A omissão dos prazos fixados no subitem anterior implica na aceitação dos prazos indicados neste edital.

**3.6** – Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação, ou as que desatendam às exigências deste edital.

**3.7** – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre



## SENADO FEDERAL

plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

**3.8** - A licitante que, porventura, se enquadre na definição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar em campo próprio do sistema.

**3.9** – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

**3.10** – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

**3.10.1** – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**3.10.2** – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

**3.11** – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

**3.11.1** – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

**3.12** – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

## CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA

**4.1** - A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**4.2** - Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**4.3** - Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

**4.4** – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.



## SENADO FEDERAL

**4.5** – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

### **CAPÍTULO V – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**5.1** – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

**5.2** - Somente as licitantes com propostas apresentadas classificadas participarão da fase dos lances.

### **CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1** – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

**6.2** – A licitante somente poderá oferecer percentual superior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**6.3** – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do maior lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**6.4** – Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

**6.5** - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**6.6** - Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**6.7** - O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

### **CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS**

**7.1** - Havendo participação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.



## SENADO FEDERAL

**7.1.1** - Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento inferior ao maior percentual de desconto, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa será convocada a apresentar nova proposta com percentual de desconto superior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

b) não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**7.1.2** - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

## CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

**8.1** – O critério de julgamento adotado será o de **menor preço mediante o maior percentual único de desconto por grupo, para os Grupos 1, 2 e 3, e por item, para o Item 45, sobre o preço do fabricante.**

## CAPÍTULO IX - DA NEGOCIAÇÃO

**9.1** – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**9.1.1** – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

## CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

**10.1** - O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o reenvio de sua proposta de preço devidamente adequada ao último lance via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou para o endereço eletrônico [copeli@senado.gov.br](mailto:copeli@senado.gov.br), cujo prazo máximo para atendimento será de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação.



## SENADO FEDERAL

**10.1.1** – A proposta de preços deverá ser formatada conforme modelo constante do Anexo 4, e estar acompanhada do instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa que assinará o contrato.

**10.1.2** – Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, a **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N-2, Bloco de Apoio II, Brasília-DF, CEP 70.165-900**.

**10.1.3** – A licitante detentora da proposta mais bem classificada que deixar de atender à solicitação prevista neste Capítulo, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**10.2** – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do percentual ofertado, que não poderá ser inferior ao percentual estimado constante no Termo de Referência (Anexo 1), bem como sua adequação às especificações técnicas do objeto.

**10.2.1** - O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta.

**10.2.2** - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

**10.2.3** - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

## CAPÍTULO XI - DA AMOSTRA

**11.1** – O Pregoeiro poderá solicitar à primeira classificada, sob pena de desclassificação, amostra dos produtos ofertados, a ser entregue no prazo máximo e improrrogável de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da suspensão deste certame, para avaliação técnica de compatibilidade e adequação às especificações do objeto licitado, que será realizada em sessão pública previamente designada.

**11.2** - As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas, em quantidade suficiente para os testes de qualidade, no Almoxarifado de Material Médico-Hospitalar, situado na Via N2, Bloco de Apoio IV, SENADO FEDERAL, Brasília-DF, CEP 70.165-900.

**11.3** - Caso as amostras da melhor proposta sejam reprovadas, será convocada para apresentação de amostras a autora da segunda melhor proposta e, assim, sucessivamente.

**11.4** - As amostras aprovadas permanecerão em poder do SENADO até a entrega definitiva do objeto licitado, com vistas à avaliação da conformidade entre a amostra aprovada e o material efetivamente entregue.





## SENADO FEDERAL

**11.5** - As amostras fornecidas serão passíveis de destruição parcial ou total e, nestes casos, não serão devolvidas, tampouco subtraídas quando da entrega do objeto.

**11.6** - Vencido o prazo de entrega das amostras, não será permitido fazer ajustes ou modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante deste edital.

### **CAPÍTULO XII – DA HABILITAÇÃO**

**12.1** – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao IV do Cadastro de Pessoa Jurídica e da documentação complementar especificada neste edital.

**12.2** – As licitantes que não atenderem às exigências do Cadastro de Pessoa Jurídica, Nível I ao IV, do SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

**12.3** – As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

#### **12.3.1 - CAPACIDADE TÉCNICA:**

- a.** Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já forneceu, a contento, objeto em quantidade compatível com o da presente licitação.
- b.** Certificado de Responsabilidade Técnica emitido pelo Conselho Regional de Farmácia do profissional responsável pela empresa.

#### **12.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a.** comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1 (um).
- b.** Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

#### **12.3.3 – REGULARIDADE TRABALHISTA:**

- a.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

#### **12.3.4 – OUTROS DOCUMENTOS:**





## SENADO FEDERAL

a. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

a.1. declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

a.2. declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993;

a.3. Declaração de Proposta Independente (DPI).

**12.4** – Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos, via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou para o endereço eletrônico [copeli@senado.gov.br](mailto:copeli@senado.gov.br) no prazo de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação do Pregoeiro.

**12.4.1** - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, à **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N2, Bloco de Apoio II, do Senado, Brasília-DF, CEP 70.165-900**.

**12.5** – Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição do CNPJ.

**12.6** – Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativamente a apenas um deles, com mesmo CNPJ.

**12.6.1** – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica a regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**12.7** – O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo pregoeiro.

**12.8** – As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**12.8.1** - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao



## SENADO FEDERAL

momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

**12.8.2** - a não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

**12.9** - O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

**12.9.1** - Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

### **CAPÍTULO XIII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**

**13.1** – Se a proposta não for aceitável, se a amostra for rejeitada ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

**13.2** – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

### **CAPÍTULO XIV – DO RECURSO**

**14.1** – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

**14.1.1** – A falta de manifestação motivada no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

**14.1.2** – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

**14.1.3** – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

**14.1.4** – Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.



## SENADO FEDERAL

**14.2** - Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contra-razões de recurso, à licitante interessada será assegurada vista imediata dos elementos necessários à defesa de seus interesses.

**14.3** – Admitido o recurso, caso o pregoeiro mantenha a sua decisão, será o mesmo apreciado pela autoridade competente.

**14.4** - Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Geral Adjunto, nos termos do art. 10 do Regulamento de Compras e Contratações do SENADO aprovado pelo Ato nº 10/2010 da Comissão Diretora c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

**14.5** – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **CAPÍTULO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**15.1** – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal.

**15.2** – A homologação deste Pregão compete ao Diretor-Geral do Senado Federal.

**15.3** – O objeto deste Pregão será adjudicado por grupo e por item, conforme o caso, à(s) vencedora(s) do certame.

### **CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**16.1** – Após homologado o resultado deste Pregão, o SENADO convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, informando o local, data e hora.

**16.1.1** – O prazo poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo SENADO.

**16.2** – No caso de a primeira licitante classificada, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro poderá, mantida a ordem de classificação, negociar com a licitante seguinte antes de efetuar seu registro.

**16.3** – Publicada na Imprensa Oficial a Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso e fornecimento, conforme o art. 10 do Decreto nº 3.931/2001.

**16.4** – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao fornecedor beneficiário do registro preferência de



## SENADO FEDERAL

fornecimento em igualdade de condições.

### **CAPÍTULO XVII – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**17.1** – A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

### **CAPÍTULO XVIII – DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO**

**18.1** – O Senado Federal, localizado na Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

**18.2** – Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Senado Federal – Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/1993 e no Decreto nº 3.931/2001.

**18.3** – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, sem prejuízo dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**18.4** – Caso haja anuência do fornecedor beneficiário, cada órgão usuário poderá adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos máximos registrados na Ata de Registro de Preço, por órgão.

**18.5** – Na hipótese prevista no item anterior, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados na Ata.

### **CAPÍTULO XIX – DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**19.1** – A Secretaria de Administração de Contratações do SENADO será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos interessados, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, o fornecedor para o qual será emitido o pedido.

**19.2** – A convocação do fornecedor beneficiário pelo SENADO será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para retirar a respectiva nota de empenho e atender ao pedido.



## SENADO FEDERAL

**19.3** – O fornecedor beneficiário convocado na forma do item anterior que não comparecer, não retirar a nota de empenho, não atender ao pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste edital e seus anexos.

**19.4** – Quando comprovada a hipótese acima, o SENADO poderá indicar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

### **CAPÍTULO XX – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS**

**20.1** – Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no art. 12 do Decreto nº 3.931/2001 e do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

**20.2** – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no art. 12 do Decreto nº 3.931/2001 e do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

**20.3** – Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o fornecedor beneficiário registrado será convocado pelo SENADO para negociação do valor registrado em Ata.

### **CAPÍTULO XXI – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO**

**21.1** – O fornecedor beneficiário terá seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

**21.1.1** – a pedido, quando:

**21.1.1.1** – comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

**21.1.1.2** – o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

**21.1.2** – por iniciativa do SENADO, quando:

**21.1.2.1** – o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;



## SENADO FEDERAL

**21.1.2.2** – perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

**21.1.2.3** – por razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

**21.1.2.4** – não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

**21.1.2.5** – não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos e as respectivas notas de empenho decorrentes da Ata de Registro de Preços;

**21.1.2.6** – caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

**21.1.3** – Verificada qualquer uma das hipóteses acima, concluído o respectivo processo e após garantido o contraditório e a ampla defesa, o SENADO formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao fornecedor beneficiário e aos demais a nova ordem de registro.

**21.2** – A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

**21.2.1** – por decurso do prazo de vigência;

**21.2.2** – quando não restarem fornecedores registrados.

## CAPÍTULO XXII – DA NOTA DE EMPENHO

**22.1** – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços o SENADO poderá convocar o Fornecedor Beneficiário para retirada da Nota de Empenho, dentro do prazo de 5 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**22.1.1** – A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o SENADO a convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, retirar a nota de empenho.

**22.2** – Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação.

**22.3** – A nota de empenho vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 080/2012, constante do Processo nº 018.853/11-0, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.



## SENADO FEDERAL

**22.4** – O fornecedor beneficiário obriga-se a fornecer o objeto licitado, nas condições estabelecidas no edital e na Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição na nota de empenho, substitutiva do contrato.

**22.5** – Para a retirada da nota de empenho referida no item 22.1, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

**22.5.1** – Será permitido o envio da nota de empenho via fax, desde que o fornecedor beneficiário acuse, por meio de documento oficial e no mesmo prazo estabelecido no item 22.1, o recebimento da mesma.

**22.6** – A nota de empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 62 da Lei nº 8.666/1993.

### **CAPÍTULO XXIII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**23.1** – As despesas com as aquisições que venham a ser realizadas em razão do registro de preços objeto desta licitação correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho \_\_\_\_\_ e Natureza de Despesa \_\_\_\_\_.

### **CAPÍTULO XXIV – DA FORMA DE PAGAMENTO**

**24.1** – O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do Fornecedor Beneficiário no prazo de **9 (nove) dias úteis**, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento definitivo do objeto, condicionado à apresentação do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada do original da nota de empenho, da ordem de fornecimento, bem como do termo circunstanciado do recebimento definitivo emitido previamente pelo gestor, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos.

**24.2** – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade do fornecedor beneficiário.

**24.3** – Caberá ao fornecedor beneficiário apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de suspensão do pagamento.

**24.4** – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pelo fornecedor beneficiário de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a este edital, o prazo constante do item 24.1 será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

**24.5** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor beneficiário não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios





## SENADO FEDERAL

devidos pelo SENADO, entre o término do prazo referido no item 24.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

### CAPÍTULO XXV – DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

**25.1** - O prazo de entrega dos materiais solicitados pelo SENADO ao fornecedor beneficiário é de no máximo 5 (cinco) dias corridos, contados da data do recebimento da ordem de fornecimento acompanhada da respectiva Nota de Empenho.

**25.2** - Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado de Material Médico-Hospitalar da Subsecretaria de Administração e Suprimentos de Almoxarifados, situado à Via N2, Bloco de Apoio IV, Senado Federal, Brasília-DF, acondicionados da seguinte forma, sob pena de não recebimento:

**25.2.1** - O Fornecedor Beneficiário fornecerá os medicamentos de acordo com a marca e característica cotadas em sua proposta, em embalagens originais, lacradas sem sinais de violação, contendo discriminação, data da fabricação, prazo de validade, número do lote, registro em órgão competente (observando seu prazo de validade), nome e endereço do fabricante, CNPJ e instrução de armazenagem.

**25.2.2** - As embalagens secundárias dos medicamentos devem conter mecanismos de identificação e segurança que possibilitem o rastreamento do produto desde a fabricação até o momento de dispensação.

**25.2.3** - Os medicamentos que se apresentarem em embalagens múltiplas, hospitalares e fracionáveis devem conter mecanismos de identificação e segurança que possibilitem a identificação e o rastreamento do produto até sua entrada no Almoxarifado de Material Médico-Hospitalar da SSASAL.

**25.2.4** - Os medicamentos que não possuem embalagem secundária devem conter em sua embalagem primária mecanismos de identificação e segurança que possibilitem a identificação e o rastreamento do produto até sua entrada no Almoxarifado de Material Médico-Hospitalar da SSASAL.

**25.3** - Por se tratar de materiais com necessidades especiais de conservação (temperatura,



## SENADO FEDERAL

umidade, etc.), o transporte até o Almoxarifado de Material Médico-Hospitalar deverá ser feito pelo Fornecedor Beneficiário, com meios que garantam a conservação nas condições prescritas pelo fabricante e de modo a não expor os medicamentos a bruscas variações das condições ambientais.

**25.4 -** O transporte dos medicamentos classificados como *Medicamentos Sujeitos a Controle Especial*<sup>1</sup>, deverá obedecer às prescrições do CAPÍTULO IV – DO TRANSPORTE, da Portaria do Ministério da Saúde n.º 344, de 12 de maio de 1998.

**25.5 -** O material será recebido:

**I - provisoriamente**, pelo órgão recebedor do objeto, em até 3 (três) dias úteis, contados da data da entrega, para posterior verificação da conformidade com as especificações; e

**II - definitivamente**, no prazo de 6 (seis) dias úteis, contados da data de entrega dos medicamentos, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações constante do edital, conforme atestado pelo gestor.

**25.6 -** Durante a fase de recebimento provisório serão feitas as seguintes conferências: características físicas das embalagens, código de barras, lacre de segurança, lote, validade, registro na ANVISA, equidade entre os documentos de manifesto de carga, conhecimento de transporte e a nota fiscal de forma a assegurar a não entrada de produtos falsificados ou com a qualidade comprometida.

**25.7 -** Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:

**I -** se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao fornecedor beneficiário providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito;

**II -** se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo ao fornecedor beneficiário fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**25.8 –** Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

**25.9 –** Independentemente da aceitação, o fornecedor beneficiário garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele

---

<sup>1</sup> Conforme a Portaria do Ministério da Saúde n.º 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações.



## SENADO FEDERAL

que apresentar defeito no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação do gestor.

**25.10** - O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 57, § 1º e seus incisos, da Lei nº 8.666/1993.

**25.10.1** – Para os fins previstos neste item, o fornecedor beneficiário deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

### **CAPÍTULO XXVI - DA FISCALIZAÇÃO**

**26.1** – Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços, na forma do disposto no Ato nº 2, de 2008, da Comissão Diretora do Senado Federal.

### **CAPÍTULO XXVII – DOS ACRÉSCIMOS**

**27.1** – O fornecedor beneficiário obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos até o limite legal estabelecido no art. 65, §§ 1º e 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

### **CAPÍTULO XXVIII - DA RESCISÃO**

**28.1** – A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão da Ata de Registro de Preços poderá ensejar a rescisão do registro de preços do fornecedor beneficiário responsável pela inexecução, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

**28.2** – A rescisão do ajuste poderá ser:

- I. determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993;
- II. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou
- III. judicial, nos termos da legislação.

**28.3** – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**28.4** – Os casos de rescisão do ajuste deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



## SENADO FEDERAL

**28.5** – Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

### **CAPÍTULO XXIX – DAS PENALIDADES**

**29.1** – A adjudicatária e/ou o fornecedor beneficiário que, convocados para assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a respectiva nota de empenho, no prazo estabelecido nos itens 16.1 e 22.1, respectivamente, ficarão sujeitos à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recusem ao cumprimento desses procedimentos nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

**29.2** - Caso a adjudicatária e/ou o fornecedor beneficiário não cumpram o estabelecido no item anterior, o SENADO poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

**29.3** - As licitantes subseqüentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no item 16.1, e, posteriormente, recusarem-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a nota de empenho, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 29.1.

**29.4** - Se a licitante ou o fornecedor beneficiário deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a licitação ou na execução do ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

**29.5** - Pelo atraso injustificado na execução do ajuste ou pela sua inexecução total ou parcial, o fornecedor beneficiário ficará também sujeito à penalidade de multa, aplicada da seguinte forma:

**29.5.1** - O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

**29.5.2** - Findo o prazo do subitem 29.5.1 será aplicada a multa cumulativa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

**29.6** - Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 29.4 e 29.5 deste edital, a nota de empenho e a ata do Registro de Preços assinada pelo fornecedor beneficiário responsável poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.



## SENADO FEDERAL

**29.7** - A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor beneficiário ou, em último caso, cobrada judicialmente.

**29.8** - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

### **CAPÍTULO XXX – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**30.1** – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [copeli@senado.gov.br](mailto:copeli@senado.gov.br).

**30.2** – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**30.3** – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**30.4** – Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [copeli@senado.gov.br](mailto:copeli@senado.gov.br).

**30.5** – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

### **CAPÍTULO XXXI - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**31.1** - O Fornecedor Beneficiário deverá fornecer o objeto a ele adjudicado, nas quantidades solicitadas pelo SENADO, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, após o recebimento da Nota de Empenho, a qual deverá vir acompanhada da respectiva ordem de fornecimento.

**31.2** - As ordens de fornecimento indicarão detalhadamente: local de entrega, prazo, órgão requisitante, especificações, quantidades, e todas as informações que se fizerem pertinentes.

**31.3** - Caberá ao Fornecedor Beneficiário o recolhimento e devido encaminhamento de medicamentos por ele fornecidos e considerados inadequados pelo Gestor, incluindo os que venham a perder o prazo de validade, sendo de 2 (dois) dias, após o comunicado do gestor, o prazo para seu recolhimento.

**31.4** - A disposição final dos medicamentos recolhidos dada pelo Fornecedor Beneficiário deve atender à Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 306 de 07 de Dezembro de 2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.



## SENADO FEDERAL

**31.5** - Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de visita às dependências do Fornecedor Beneficiário, para a supervisão, sempre que julgar necessário.

**31.6** - Durante o período de fornecimento, sempre que julgar necessário, o SENADO poderá solicitar aos órgãos competentes a análise do produto fornecido, para verificar a sua qualidade, quantidade, acondicionamento e demais características técnicas designadas pela legislação sanitária vigente.

### **CAPÍTULO XXXII - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO**

**32.1** - São obrigações do Fornecedor Beneficiário, além de outras previstas neste edital ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - manter durante a execução deste ajuste as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;
- IV** - responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;
- V** - responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e entrega dos medicamentos;
- VI** - responsabilizar-se pelo cumprimento por parte de sua mão-de-obra das normas disciplinares determinada pelo SENADO;
- VII** - assegurar a qualidade dos medicamentos fornecendo ao SENADO, sempre que solicitado, documentação de controle de amostras que garantam tal qualidade;
- VIII** - designar, por escrito, no ato do recebimento da ordem de fornecimento, preposto(s) quem tenha(m) poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato.

**32.2** - O Fornecedor Beneficiário responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo SENADO.

**32.3** - O Fornecedor Beneficiário não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços a terceiros.



## SENADO FEDERAL

**32.4** - Aplicam-se ao ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

### **CAPÍTULO XXXIII - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**33.1** - Cabe ao SENADO:

- I** - fornecer as informações sobre local e horários para entrega dos medicamentos;
- II** - designar a área responsável pela gestão do contrato e acompanhamento do fornecimento disponibilizando os respectivos telefones de contato à CONTRATADA;
- III** - utilizar e manter em perfeitas condições de asseio e segurança os medicamentos, zelando pelo seu bom e perfeito estado de conservação até o momento de uso;
- IV** - comunicar à autoridade sanitária, caso detecte medicamentos fraudados ou adulterados ou quaisquer outras irregularidades que comprometam a segurança e eficácia para produtos para saúde;
- V** - determinar a retirada de qualquer empregado ou preposto do Fornecedor Beneficiário que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços (sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente);
- VI** - propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pelo Fornecedor Beneficiário;
- VII** - encaminhar o fato à deliberação superior, com vistas a oficiar aos órgãos públicos competentes para a adoção das medidas corretivas e punitivas aplicáveis, no caso de haver indícios de apropriação indébita e de prejuízo ao Erário e aos empregados do Fornecedor Beneficiário.

### **CAPÍTULO XXXIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**34.1** – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

**34.2** – Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;





## SENADO FEDERAL

Anexo 2 – Especificações;  
Anexo 3 – Minuta da Ata de Registro de Preços;  
Anexo 4 – Modelo de Apresentação de Proposta.

**34.3** – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo Pregoeiro.

**34.4** – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**34.5** – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do Pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**34.6** – As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

**34.7** – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

**34.8** – Não poderá o fornecedor beneficiário veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente edital, salvo autorização específica do SENADO.

### **CAPÍTULO XXXV – DO FORO**

**35.1** - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 15 de maio de 2012.

**WESLEY GONÇALVES DE BRITO**  
**Pregoeiro**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 080/2012

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 018.853/11-0)

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto	Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado, à medida que houver necessidade, de medicamentos para uso no Serviço de Enfermagem da Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado Federal		
Quantidade	Conforme Anexo 2 – Especificações.		
Especificação	Conforme Anexo 2 – Especificações.		
Valor estimado	Valores Unitários:		
	Grupo 1		
	Item 1: R\$ 0,45	Item 12: R\$ 4,46	Item 23: R\$ 4,75
	Item 2: R\$ 5,10	Item 13: R\$ 4,22	Item 24: R\$ 0,54
	Item 3: R\$ 5,42	Item 14: R\$ 4,22	Item 25: R\$ 3,21
	Item 4: R\$ 20,30	Item 15: R\$ 9,50	Item 26: R\$ 3,57
	Item 5: R\$ 1,29	Item 16: R\$ 4,15	Item 27: R\$ 2,96
	Item 6: R\$ 145,20	Item 17: R\$ 5,98	Item 28: R\$ 4,37
	Item 7: R\$ 11,90	Item 18: R\$ 0,39	Item 29: R\$ 4,90
	Item 8: R\$ 6,24	Item 19: R\$ 4,24	Item 30: R\$ 4,85
	Item 9: R\$ 7,77	Item 20: R\$ 3,73	Item 31: R\$ 0,39
	Item 10: R\$ 4,09	Item 21: R\$ 3,98	Item 32: R\$ 0,46
	Item 11: R\$ 3,51	Item 22: R\$ 4,75	Item 33: R\$ 1,23
	Grupo 2		
	Item 34: R\$ 123,27	Item 36: R\$ 47,16	Item 38: R\$ 67,85
	Item 35: R\$ 238,14	Item 37: R\$ 47,16	
	Grupo 3		
	Item 39: R\$ 48,75	Item 41: R\$ 34,16	Item 43: R\$ 258,55
	Item 40: R\$ 37,37	Item 42: R\$ 35,76	Item 44: R\$ 517,08
	Item 45		
	Item 45: R\$ 4.418,04		



SENADO FEDERAL

	<b>Valores totais:</b>  <b>Grupo 1:</b> R\$ 59.760,50 <b>Grupo 2:</b> R\$ 120.427,40 <b>Grupo 3:</b> R\$ 85.504,60 <b>Item 45:</b> R\$ 17.672,16  <b>VALOR GLOBAL: R\$ 283.364,66 (duzentos e oitenta e três mil, trezentos e sessenta e quatro reais e sessenta e seis centavos)</b>					
<b>Percentual de desconto estimado</b>	<table><tr><td>Grupo 1: 2%</td><td>Grupo 3: 2,5%</td></tr><tr><td>Grupo 2: 2,5%</td><td>Item 45: 1,5%</td></tr></table>	Grupo 1: 2%	Grupo 3: 2,5%	Grupo 2: 2,5%	Item 45: 1,5%	
Grupo 1: 2%	Grupo 3: 2,5%					
Grupo 2: 2,5%	Item 45: 1,5%					
<b>Justificativa</b>	Suprir a Secretaria de Assistência Médica e Social de medicamentos necessários aos procedimentos médicos realizados.					
<b>Prazo de entrega</b>	Até 5 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da solicitação.					
<b>Prazo de garantia</b>	Na data de entrega, não deverá ter decorrido mais que 20% (vinte por cento) de vida útil do medicamento.					
<b>Vigência da Ata de Registro de Preços</b>	12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.					
<b>Adjudicação</b>	Menor Preço mediante o Maior Percentual de Desconto, sobre o preço do fabricante.					
<b>Local de entrega</b>	Almoxarifado de Material Médico-Hospitalar da Subsecretaria de Administração e Suprimento de Almoxarifados, situado à Via N2, Bloco de Apoio IV, Senado Federal, CEP 70165-900.					
<b>Fiscalização</b>	Conforme Capítulo XXVI do edital.					

**WESLEY GONÇALVES DE BRITO**  
**Pregoeiro**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 080/2012

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 018.853/11-0)

ANEXO 2

ESPECIFICAÇÕES

GRUPO 1 - SOLUÇÕES			
Item	Medicamento	Apresentação	Quantidade
01	Água destilada CATMAT: 276839	Ampola com 10 ml	2000
02	Água destilada CATMAT: 276839	frasco com 100 ml	500
03	Água destilada CATMAT: 276839	frasco com 500 ml	200
04	Bicarbonato de Sódio 8,4% CATMAT: 268222	frasco com 250 ml	50
05	Bicarbonato de Sódio 8,4% CATMAT: 268222	Ampola com 10 ml	100
06	Detergente enzimático (III enzimas). Utilizado para pré-lavagem de equipamentos médicos, instrumentais cirúrgicos, instrumentais em equipamentos automatizados. CATMAT: 328077	Galão de 5 litros	20
07	Fosfato sódio monobásico fosfato sódio dibásico CATMAT: 267328	Frasco com 130 ml	40
08	Hipoclorito de sódio 1%. Desinfetante hospitalar a base de hipoclorito de sódio com 1% de cloro ativo e estabilizado. CATMAT: 71129	Galão de 5 litros	150
09	Manitol 20% CATMAT: 299675	Frasco com 250 ml	100
10	Solução de cloreto de sódio à 0,9%, 100 ml. Apresentado em sistema fechado. Produto final esterilizado em autoclave a 121° célcus; protegido com sobrebolsa de polietileno de alta resistência; industrializada com água tratada por osmose reversa, deionização, bi-destilação e filtragem de micro partículas CATMAT: 268236	Frasco com 100 ml	1050
11	Solução de cloreto de sódio à 0,9%, 250 ml. Apresentado em sistema fechado. Produto final esterilizado em autoclave a 121° celcius; protegido com sobrebolsa de polietileno de alta resistência ; industrializada com água tratada por osmose reversa, deionização, bi-destilação e filtragem de micro partículas CATMAT: 268236	Frasco com 250 ml	3600
12	Solução de cloreto de sódio à 0,9%, 50 ml. Apresentado em sistema fechado. Produto final esterilizado em autoclave a 121° célcus; protegido com sobrebolsa de polietileno de alta resistência ; industrializada com água tratada por osmose reversa, deionização, bi-destilação e filtragem de micro partículas CATMAT: 268236	Frasco com 50 ml	560



## SENADO FEDERAL

GRUPO 1 - SOLUÇÕES			
Item	Medicamento	Apresentação	Quantidade
13	Solução de cloreto de sódio à 0,9%, 500 ml. Apresentado em sistema fechado. Produto final esterilizado em autoclave a 121° célcus; protegido com sobrebolsa de polietileno de alta resistência ; industrializada com água tratada por osmose reversa, deionização, bi-destilação e filtragem de micro partículas CATMAT: 268236	Frasco com 500 ml	1500
14	Solução de cloreto de sódio à 0,9%. 500 ml. Apresentado em sistema fechado. Embalagem livre de PVC. CATMAT: 357881	Frasco com 500 ml	200
15	Solução de Frutose 5% CATMAT: 275403	Frasco com 500 ml	80
16	Solução de glicose à 10%, 250 ml. Apresentado em sistema fechado. Produto final esterilizado em autoclave a 121° célcus; protegido com sobrebolsa de polietileno de alta resistência ; industrializada com água tratada por osmose reversa, deionização, bi-destilação e filtragem de micro partículas CATMAT: 267544	Frasco com 250 ml	500
17	Solução de glicose à 10%, 500 ml. Apresentado em sistema fechado. Produto final esterilizado em autoclave a 121° célcus; protegido com sobrebolsa de polietileno de alta resistência ; industrializada com água tratada por osmose reversa, deionização, bi-destilação e filtragem de micro partículas CATMAT: 267544	Frasco com 500 ml	500
18	Solução de glicose à 25% CATMAT: 267540	Ampola com 10 ml	800
19	Solução de glicose à 5%, 100 ml. Apresentado em sistema fechado. Produto final esterilizado em autoclave a 121° célcus; protegido com sobrebolsa de polietileno de alta resistência ; industrializada com água tratada por osmose reversa, deionização, bi-destilação e filtragem de micro partículas CATMAT: 270092	Frasco com 100 ml	500
20	Solução de glicose à 5%, 250 ml. Apresentado em sistema fechado. Produto final esterilizado em autoclave a 121° célcus; protegido com sobrebolsa de polietileno de alta resistência ; industrializada com água tratada por osmose reversa, deionização, bi-destilação e filtragem de micro partículas CATMAT: 270092	Frasco com 250 ml	500
21	Solução de glicose à 5%, 50 ml. Apresentado em sistema fechado. Produto final esterilizado em autoclave a 121° célcus; protegido com sobrebolsa de polietileno de alta resistência ; industrializada com água tratada por osmose reversa, deionização, bi-destilação e filtragem de micro partículas CATMAT: 270092	Frasco com 50 ml	500
22	Solução de glicose à 5%, 500 ml. Apresentado em sistema fechado. Produto final esterilizado em autoclave a 121° célcus; protegido com sobrebolsa de polietileno de alta resistência ; industrializada com água tratada por osmose reversa, deionização, bi-destilação e filtragem de micro partículas CATMAT: 270092	Frasco com 500 ml	800
23	Solução de glicose a 5%, 500 ml. Apresentado em sistema fechado. Embalagem livre de PVC. CATMAT: 357880	Frasco com 500 ml	100
24	Solução de glicose à 50% CATMAT: 267541	ampola com 10 ml	200
25	Solução de iodo 1% degermante (PVPI), 100 ml (almotolia). Anti-séptico para degermação da pele. CATMAT: 398705	Frasco com 100 ml	150
26	Solução de iodo tópico 1% tintura(PVPI), 100 ml (almotolia). Anti-séptico complementar e demarcação. CATMAT: 398704	Frasco com 100 ml	150



## SENADO FEDERAL

GRUPO 1 - SOLUÇÕES			
Item	Medicamento	Apresentação	Quantidade
27	Solução de iodo tópico 1% (PVPI), 100 ml (almotolia). Anti-séptico para curativos em geral, em meio aquoso contendo 1% de iodo ativado. CATMAT: 398706	Frasco com 100 ml	150
28	Solução de ringer 500 ml. Apresentado em sistema fechado. Produto final esterilizado em autoclave a 121° célcus; protegido com sobrebolsa de polietileno de alta resistência ; industrializada com água tratada por osmose reversa, deionização, bi-destilação e filtragem de micro partículas CATMAT: 352192	Frasco com 500 ml	300
29	Solução de ringer com lactato de sódio, 500 ml. Apresentado em sistema fechado. Produto final esterilizado em autoclave a 121° célcus; protegido com sobrebolsa de polietileno de alta resistência ; industrializada com água tratada por osmose reversa, deionização, bi-destilação e filtragem de micro partículas CATMAT: 303292	Frasco com 500 ml	300
30	Solução glico-fisiológica (0,9% de NaCl + Glicose à 5%), 500 ml. Apresentado em sistema fechado. Produto final esterilizado em autoclave a 121° célcus; protegido com sobrebolsa de polietileno de alta resistência ; industrializada com água tratada por osmose reversa, deionização, bi-destilação e filtragem de micro partículas CATMAT: 366913	Frasco com 500 ml	300
31	Cloreto de potássio 15% CATMAT: 267160	Ampola com 10 ml	400
32	Cloreto de sódio 20% CATMAT: 368654	Ampola com 10 ml	400
33	Gluconato de cálcio à 10% CATMAT: 270019	Ampola com 10 ml	100

GRUPO 2 - INSULINAS			
Item	Medicamento	Apresentação	Quantidade
34	Insulina detemir, frasco-ampola com 10 ml CATMAT: 337473	FA	20
35	Insulina glargina, frasco-ampola com 10 ml CATMAT: 273836	FA	150
36	Insulina humana NPH 100 UI/ml, frasco-ampola com 10 ml CATMAT: 271157	FA	1500
37	Insulina humana regular 100 UI/ml, frasco-ampola com 10 ml CATMAT: 271154	FA	100
38	Insulina lispro, frasco-ampola com 10 ml CATMAT: 276233	FA	100

GRUPO 3 - MEDICAÇÃO COMBATE AO FUMO			
Item	Medicamento	Apresentação	Quantidade
39	Cloridrato de Bupropiona 150mg, caixa com 30 comprimidos CATMAT: 268994	Caixa	300
40	Nicotina 21 mg, adesivo transdérmico, caixa com 7 unidades CATMAT: 376107	Caixa	10
41	Nicotina 7 mg, adesivo transdérmico, caixa com 7 unidades CATMAT: 376105	Caixa	10



SENADO FEDERAL

GRUPO 3 - MEDICAÇÃO COMBATE AO FUMO			
Item	Medicamento	Apresentação	Quantidade
42	Nicotina 14 mg, adesivo transdérmico, caixa com 7 unidades CATMAT: 376106	Caixa	10
43	Tartarato de Vareniclina 1 mg, caixa com 56 comprimidos revestidos CATMAT: 340118	Caixa	90
44	Tartarato de Vareniclina 1 mg, caixa com 112 comprimidos revestidos CATMAT: 340118	Caixa	90

ITEM 45 - METALYSE			
Item	Medicamento	Apresentação	Quantidade
45	Tenecteplase 40 mg, pó liofílico injetável + seringa 8 ml CATMAT: 270713	Frasco-ampola	04





SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 080/2012.**

**REGISTRO DE PREÇOS**

**(Processo nº 018.853/11-0)**

**ANEXO 3**

---

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

---

No dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_, a União, por intermédio do Senado Federal – Órgão Gerenciador, situado na Praça dos Três Poderes - Brasília DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo \_\_\_\_\_, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos Decretos nº 5.450, de 31 de maio de 2005, nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.342, de 23 de agosto de 2002, do Ato da Comissão Diretora nº 10/2010, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº \_\_/20\_\_, RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo Fornecedor Beneficiário \_\_\_\_\_, domiciliado na \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_, conforme quadro abaixo:

Itens	Produto	Quantidade	Valor Unitário (R\$)

Este Registro de Preço tem vigência de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

O Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_/20\_\_ e seus anexos integram esta Ata de Registro de Preço, independentemente de transcrição.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Senado Federal e do Fornecedor Beneficiário acima indicado, assim como pelas testemunhas abaixo arroladas.



SENADO FEDERAL

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

SENADO FEDERAL

---

Fornecedor Beneficiário:

Representante legal:

CI:

CPF:

Instrumento de outorga de poderes:

TESTEMUNHAS:

Diretor

Diretor



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 080/2012.

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 018.853/11-0)

ANEXO 4

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará a Ata de Registro de Preços, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo X - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/____						
Data de abertura:						
Nome da empresa:						
CNPJ:						
Endereço:						
CEP:						
Telefone: (DDD)						
Fax: (DDD)						
e-mail:						
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar Ata de Registro de Preços)						
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar a ARP)						
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar a ARP)						
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)						
GRUPO						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
					R\$	R\$
					R\$	R\$
					R\$	R\$
VALOR TOTAL DO GRUPO						R\$



SENADO FEDERAL

**Instruções de preenchimento:**

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, por grupo (quando for o caso) e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar a Ata de Registro de Preços deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos, e, caso o somatório ultrapasse duas casas decimais deverão os valores ser arredondados da seguinte forma: quando a casa decimal imediatamente posterior às duas casas decimais dos centavos for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada, **observando-se que o valor apresentado no lance final deverá ser de qualquer maneira preservado, procedendo-se os arredondamentos, quando necessários, nos valores parciais e/ou dos individuais dos itens.**

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.